

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO DISCURSO E PRÁTICA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Francileide Moreira Lima Bindá¹
Janilse Trindade do Nascimento²

RESUMO: Este artigo objetiva tecer uma reflexão sobre a emergência histórica do Movimento Ambientalista no bojo do debate sobre a problemática ambiental. A abordagem situa-se inicialmente num contexto internacional, passando posteriormente para uma discussão deste movimento no cenário brasileiro e amazônico. Evidencia-se neste estudo que o processo de mobilização e fortalecimento da luta ambientalista contribuiu significativamente para publicizar a temática ambiental e colocá-la como uma problemática que precisa ser enfrentada pelo Estado e sociedade como um todo.

Palavras chave: Problemática Ambiental. Movimento Ambientalista. Amazônia.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the historical emergence of the Environmental Movement in the context of the debate on environmental issues. The approach is initially set in an international context, passing later to a discussion of this movement in the Brazilian and Amazonian scenario. It is evident in this study that the process of mobilization and strengthening of the environmental struggle contributed significantly to publicize the environmental theme and put it as a problem that must be faced by the State and society as a whole.

Keywords: Environmental Issues. Environmentalist Movement. Amazônia.

¹ Assistente Social, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: francileidebinda@gmail.com

² Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: janynasc07@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual a questão ambiental tem sido objeto de intensos e constantes debates, marcados pela diversidade de concepções, posicionamentos, interesses e, principalmente pelo desafio de encontrar propostas que viabilizem a superação, ou pelo menos amenizem os efeitos nocivos da degradação ambiental, contraditoriamente gerada pelo próprio homem.

Nesse contexto, surgem nos países desenvolvidos movimentos ambientalistas posicionando-se contra o acelerado processo de poluição e destruição dos recursos naturais, em virtude do modelo de desenvolvimento econômico. Este movimento desenvolve-se e projeta-se nos diversos segmentos da sociedade, tanto em âmbito nacional como internacional.

Mesmo com particularidades em relação a outros movimentos de cunho ambiental, o movimento que se configura no contexto amazônico pode ser reconhecido como tal. Para efetuar a abordagem, o presente artigo tem como objetivo refletir teoricamente sobre a problemática Socioambiental no discurso e prática do Movimento Ambientalista, a discussão perpassa sobre a trajetória histórica dos movimentos ambientalistas, em seguida destaca sua emergência no contexto brasileiro e finaliza-se abordando sobre a questão ambiental no processo de mobilização dos movimentos sociais rurais na Amazônia. A construção teórico-metodológica desse artigo, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica e documental.

2. DESENVOLVIMENTO

Para uma melhor abordagem sobre Movimento Ambientalista, far-se-á uma breve contextualização histórica do surgimento da questão ambiental como questão fundamental no processo de reflexão dos paradigmas norteadores do modelo de desenvolvimento econômico que nega a natureza, situando o surgimento de um novo movimento caracterizado pela preocupação com a problemática ambiental.

A preocupação com a questão ambiental pode ser observada já no início do século 20, quando conservacionistas³ norte-americanos, liderados por Gifford Pinchot, realizaram o primeiro Congresso Conservacionista Norte-Americano, para tratar da questão da conservação do meio ambiente e alertar que este não era um problema nacional, mas de ordem internacional. Também os europeus, sob uma perspectiva mais preservacionista,⁴ apresentavam em congresso internacional a necessidade da criação de um órgão internacional de proteção da natureza, sendo assim, criada em 1913, uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza.

As ações dos movimentos ambientalistas foram limitadas em decorrência das duas guerras mundiais, sendo retomado o debate e a divulgação da problemática ambiental com mais intensidade somente no início do século 20, com grande respaldo da comunidade científica. Leis (1999) salienta que esse processo de retomada no pós-guerra enfrentou grandes dificuldades, visto que a “[...] a guerra tinha sido acompanhada por uma austeridade que todos queriam abandonar e substituir pelo consumo e a prosperidade.” (p. 73).

Aos poucos as discussões em torno da questão ambiental vão se ampliando e ocupando espaço nas organizações internacionais. A Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), fundada depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947, incluiu em seus programas a proteção da natureza, resultando no apoio à criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN). No ano de 1948, foi instituída, por cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), a IUPN, que, em 1956, passou a ser União Internacional para a Conservação da natureza e dos Recursos Naturais (UICN), com o objetivo de:

[...] promover ações de cunho científico, de modo a garantir a preservação destes recursos, dos quais todos os seres vivos dependem, não apenas por seus valores culturais e científicos intrínsecos, mas também para o bem-estar econômico e social da humanidade.” (BRESSAN, 1996 p. 26)

³ O Conservacionismo defendido por Pinchot fundamentava-se em três princípios: “[...] o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. (DIEGUES, 1998, p. 29). Essa proposta de uso da natureza posteriormente viria fundamentar as bases teóricas do discurso do desenvolvimento sustentável. Essa questão foi tratada no capítulo 2.

⁴ O Preservacionismo, corrente teórica oposta ao conservacionismo, fundamenta-se na “[...] reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1998, p.30). Esta questão foi tratada no capítulo 2.

A UICN, junto com outras agências internacionais, organizou vários congressos e conferências para discutir sobre a conservação dos recursos naturais, apontando a necessidade de aprofundar os estudos científicos sobre a questão ambiental de modo a considerar os impactos causados pelo modelo de desenvolvimento econômico.

Leis (1999) chama atenção para o fato de que apesar da relevância histórica de tais eventos na promoção da temática ambiental em escala mundial, e de todo o respaldo da comunidade científica e a crescente mobilização de organizações não-governamentais, não houve, naquele momento, por parte dos governos, um posicionamento efetivo quanto a questão. Sobre isto, escreve o autor:

Os governos (e o sistema político em geral) seriam testemunhas silenciosas, por mais duas décadas, dos esforços produzidos basicamente nos campos científicos e não-governamental, para só então incluir em suas agendas aquelas conclusões. A amplitude e capacidade de previsão das resoluções dessas conferências são uma prova de que elas foram o primeiro marco importante da emergência do ambientalismo no cenário mundial. (p. 76).

Na década de 60, os impactos causados pelo modelo econômico que orientou o processo de industrialização, urbanização e modernização evidenciaram com mais veemência a crise ambiental já anunciada pelos movimentos ambientalistas. Neste período, foram realizados importantes eventos e mobilizações que além de denunciarem a existência de problemas ambientais globais, apontavam para a necessidade de cooperação entre os países e a urgência de um redimensionamento dos processos predatórios do modelo econômico. Leis (idem) aponta este momento como o da descoberta das implicações políticas das teorias e práticas ambientalistas.

Nesse contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, em 1972, ganha destaque por apresentar propostas que vão nortear a elaboração de uma agenda internacional sobre meio ambiente. Este evento foi um marco no processo de expansão da temática ambiental nas esferas governamentais, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento.

O papel dos movimentos ambientalistas, embora tenha uma articulação para além das fronteiras nacionais, apresentam particularidades em sua forma de organização, trajetória histórica, conforme a estrutura sociopolítica, econômica e cultural de cada contexto onde estes ocorrem.

Nesse sentido, concernente ao movimento ambientalista no contexto brasileiro, até o final dos anos 70, no Brasil, a economia fundamentava-se na proposta desenvolvimentista, cujo enfoque, priorizava o “desenvolvimento” em detrimento dos impactos negativos que este modelo pudesse causar ao ambiente. Este descaso com a questão ambiental, por parte do governo brasileiro, evidencia-se não apenas por seu posicionamento oficial na Conferência das Nações Unidas de 1972, como pela ausência de leis e políticas ambientais.

A Conferência da ONU em Estocolmo pouco refletiu no Brasil, principalmente no que diz respeito à opinião pública. Este processo se deu em consequência do momento político pelo qual passava o país, caracterizado pela repressão e autoritarismo. Além disso, os interesses econômicos de estímulo à transferência para o Brasil de indústrias poluentes, rejeitadas em seus países de origem, colidiam com as preocupações e propostas ambientais. Tais interesses eram determinantes na definição do posicionamento contrário do governo diante do reconhecimento da importância da problemática ambiental.

Na segunda metade da década de 70, surgem alguns grupos de ativistas ambientalistas nas principais cidades do Sul-Sudeste com o objetivo de denunciar os principais problemas de degradação ambiental nas cidades. Entretanto, até o fim do regime militar as propostas ambientalistas não influenciaram significativamente o debate político sobre os rumos do desenvolvimento do país. A ideia do crescimento econômico a qualquer preço era predominante naquele momento. Em contrapartida, diante da pressão de organismos internacionais quanto à proteção da natureza, o governo investia na criação de Unidades de Conservação (UCs).

Foi na década de 80 que a questão ambiental tornou-se parte de um debate mais amplo na sociedade. Neste processo, as demandas sociais passaram a incorporar também a problemática ambiental, que era evidenciada por problemas como: buraco na camada de ozônio, aquecimento global, perda de biodiversidade, devastação das florestas tropicais.

O movimento ambientalista não pode ser tratado como um movimento único, pois o mesmo apresenta várias vertentes, algumas até divergentes no que concerne a

relação sociedade e natureza. Dentre eles pode-se identificar diversas modalidades de manifestação do movimento ambientalista.

Há os movimentos especificamente conservacionistas que lutam contra a depleção e pela utilização racional dos recursos naturais. Assim como movimentos preservacionistas que se dirigem à preservação da flora e fauna. Alguns dos movimentos ambientalistas se dedicam especificamente à luta contra a poluição urbana e rural; os movimentos que lutam contra a energia nuclear. Ocorrem com muita frequência, movimentos em favor da adoção de tecnologia apropriada, que pretendem criar nichos socioeconômicos de utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental.

Na atualidade crescem os movimentos em prol do saneamento básico (água potável, esgoto e lixo) considerados como parte fundamental do ambientalismo no Terceiro Mundo, ainda que não reconhecidos como tais no Primeiro Mundo. Há também os movimentos que se auto-identificam como ecológicos ou ecologistas considerando seus valores e atuação como mais profundos e contestatórios que o ambientalismo. Do ponto de vista organizacional, podem ser incluídas no movimento ambientalista tanto as organizações não-governamentais profissionalizadas quanto os grupos de base comunitários organizados formal ou informalmente.

A ampliação do movimento ambientalistas em meados da década de 1980 pode ser explicada em boa medida pela emergência de valores pós-materialistas num setor da classe média.

O ambientalismo brasileiro foi fortemente influenciado pelo ambientalismo norte-americano e europeu que a princípio baseava-se quase que exclusivamente no combate à poluição e no apoio à preservação de ecossistemas naturais. No início de sua trajetória o movimento ambientalista tinha pouca inserção em meio às classes populares. Contudo, um setor significativo dos grupos ambientalistas tinha descoberto que o envolvimento dos setores populares nas discussões sobre a questão ambiental seria fundamental. Nesse sentido, grupos do movimento ambientalista começavam a dialogar com outros movimentos sociais sobre problemas comuns.

O debate em torno da questão ambiental se amplia, e passa a fazer parte também do discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tendo em vista a luta por uma reforma agrária ecológica. Na Amazônia, o movimento organizado

de seringueiros e povos indígenas começava a se fortalecer e receber o apoio de entidades ambientalistas. Estes movimentos, historicamente constituídos no contexto da Amazônia, orientam-se por princípios ambientais defendidos estão articulados também com a defesa e a conquista de direitos sociais.

Assim, o processo de mobilização e organização dos movimentos sociais rurais na Amazônia apresenta em muitos aspectos uma dinâmica particular. Observa-se que um dos principais objetivos destes movimentos consiste em preservar suas condições de existência, muitas vezes afetadas por projetos, programas e políticas que só atendem aos interesses de quem está no poder. Almeida (1994) acrescenta que:

O caráter consensual desse objetivo superou reservas, ressentimentos, desconfianças e competições. O que antes dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimaginadas noutros tempos. Fatores étnicos, raciais, e religiosos usualmente utilizados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas 'minorias' perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma crise ecológica sem precedentes. (p. 522).

A capacidade de mobilização desses movimentos sociais é fortalecida diante da necessidade de enfrentamento de uma problemática comum. Estes grupos estrategicamente organizam-se em comissões, associações, conselhos, legitimando e ampliando sua força social, nos espaços e processos de negociação de conflitos. Esta realidade pode ser observada na atuação de Associações como a dos Garimpeiros da Amazônia Legal, também o Conselho Nacional dos Seringueiros, entre outros. Neste processo, Almeida ressalta que a atuação destes movimentos não se restringe à superação de problemas localizados, mas por sua estrutura, conseguem ampliar tanto a base de interesse de suas reivindicações quanto potencializa sua capacidade de luta, entre outros, pelas alianças e apoios consolidados junto a outros grupos e organizações da sociedade civil com os quais se identifica.

Alguns movimentos históricos, como o movimento sindical, foram, em muitos casos, cooptados pelos governos locais, não representando e muito menos defendendo os reais interesses da classe trabalhadora. No entanto, apesar de o sindicato ter se distanciado politicamente dos interesses das bases populares, tornando sua atuação

inexpressiva junto às mesmas, este foi um dos elementos que facilitou a emergência de outros movimentos sociais no contexto rural.

Esses movimentos sociais que surgem no cenário sociopolítico têm exercido pressão, dependendo do nível de organização e mobilização, junto aos órgãos governamentais.

Por outro lado, o Estado em resposta a estas pressões, desenvolve o que Almeida (1994) chama de contra-estratégia, “abrindo” espaço para negociações com estes grupos socialmente organizados, “[...] assimilando as pressões. Todavia, quem vai regendo gradativamente o pano de fundo das negociações por parte do governo não aparece para discutir, e sem fazê-lo dita as regras do jogo.” (*ibid*, p. 533).

Mesmo diante de realidade tão contraditória, alguns movimentos sociais destacam-se na luta contra essas formas autoritárias de poder que se manifestam nas diferentes estratégias políticas de intervenção governamental. São estes, o movimento dos seringueiros, indígena, dos posseiros, dos assentados, dos ribeirinhos, entre outros.

O movimento dos seringueiros consolidou-se enquanto tal, tanto no cenário nacional quanto internacional, na luta pela Reforma Fundiária das Reservas Extrativistas (Resex)⁵ e reconhecimento de seu padrão tradicional de uso dos recursos naturais, como forma particular de preservação ambiental. As Resex significaram a delimitação dos direitos dos produtores sobre as áreas utilizadas para coleta, cultivo e moradia familiar, e sobre porções de terra reservadas para uso comum, às áreas de extrativismo. O movimento indígena tem lutado pela demarcação de seu território, pelo direito de uso dos recursos naturais e, ainda, pela sua reprodução sociocultural. O movimento de ribeirinhos vem se fortalecendo na luta pela subsistência e preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, o processo de mobilização e luta desses movimentos sociais locais em busca de defesa de recursos essenciais para sua sobrevivência, tem contribuído para o seu fortalecimento sócio-organizativo, e inserção em espaços políticos, antes negado.

⁵ “Denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferidas pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.” (IEA, Plano de Trabalho, 1989 *apud* Diegues, 1998, p. 147).

3. NOTA CONCLUSIVA

Neste estudo, buscou-se refletir sobre a trajetória e fortalecimento do movimento ambientalista no cenário internacional, nacional e amazônico destacando nesse processo sua significativa contribuição tanto para o aprofundamento do debate como na construção, articulação e implementação de propostas alternativas para o enfrentamento da problemática ambiental. Isto, contudo, sem ignorar a complexa relação existente entre os valores e princípios de sustentabilidade defendidos pelo movimento ambientalista e o modelo econômico vigente nas sociedades capitalistas que asseguram os interesses do capital em detrimento do uso predatório dos recursos naturais, bem como do aprofundamento das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, ao discutir a problemática ambiental na pauta de reivindicação dos movimentos sociais, Leff (2001) ainda reflete sobre a necessidade de existência de uma ética ambiental baseada na integridade humana, no sentido da vida, na solidariedade social, no re-encantamento da vida e na erotização do mundo. E esta, vincula-se tanto à conservação da diversidade biológica do planeta quanto ao respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana. Estes princípios se conjugam no objetivo de preservar os recursos naturais e envolver a sociedade na gestão de seu ambiente.

Assim, o processo de organização sociopolítica do movimento ambientalista, tem se consolidado como importante sujeito histórico nas discussões sobre a problemática ambiental, contribuindo para dinamizar e ampliar os canais de participação social, e conseqüentemente, pressionar o Estado para responder a estas demandas com políticas públicas mais afinadas com a perspectiva social e ambiental. Isto porque, não se trata de abordar a problemática ambiental de forma isolada, pelo contrário, esta se insere e é parte integrante da dinâmica e relações políticas, sociais e econômicas. Portanto, nessa arena de constantes conflitos e embates de interesses contraditórios, ressalta-se a atuação dos movimentos ambientais, como movimentos sociais de resistência e de proposição de um projeto societário que contemple a conservação ambiental articulada com as demandas e interesses sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1994). **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões racionais de relação política na Amazônia.** In: D'INCAO, M.A.;

BRESSAN, Delmar. (1996). **Gestão Racional da Natureza.** Ed. Hucitec – São Paulo

DIEGUES, Antônio Carlos. (1998). **O mito moderno da natureza intocada.** 2.ed. Hucitec – São Paulo.

GOHN, Maria da Glória (1997). **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** Loyola – São Paulo.

LAKATOS, Maria, MARCONI, Maria de Andrade. (1993). **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3ª ed. Atlas – São Paulo.

LEIS, Héctor Ricardo. (1999). **A modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis – RJ: Vozes; Santa Catarina: UFCS.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. (1984). **Ideologia Alemã: Teses sobre Feuerbach.** Moraes – São Paulo.

RELATÓRIO da CMMAD ou Nosso Futuro Comum (1988). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.